



CÂMARA DOS DEPUTADOS

SANTILLI SOBRINHO

M.D.B. - São Paulo

Senhor Presidente,
Senhores Deputados.

Como Ministro do Interior de um Governo que se aproxima dos seus últimos dias, o Sr. Rangel Reis, quer, agora, depois de uma administração que prodigalizou recursos ao funcionalismo em Brasília e sustentou uma apresentação inoperante no Estado do Rio de Janeiro, quando deveria tê-la extinguido desde 1970 com a mudança da FUNAI para a Capital, patrocinar um projeto de "Emancipação" dos índios brasileiros.

Há menos de cinco anos o Congresso Nacional aprovou o Estatuto do Índio, após discutí-lo durante mais de uma legislatura, desde que o Sr. Costa Cavalcanti confiou a tarefa de elaborá-lo ao Jurista Brandão Cavalcanti em 1969. Foram consultados os antropólogos e os indigenistas, além de uma ampla pesquisa comparativa da legislação dinamarquesa e dos países americanos onde há remanescentes indígenas.

Quando da tramitação na Câmara e no Senado, foram convocados os missionários, os representantes da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil e do Instituto dos Antropólogos, membros da FUNAI e da Consultoria Jurídica do Ministério do Interior e, finalmente, atendidas as ponderações de ordem doutrinária e prática, de técnica legislativa e de fundamentação científica, o projeto foi aprovado com apenas dois vetos pelo Presidente Médici.

Mas, logo que assumiu a presente gestão da FUNAI, o atual Ministro do Interior passou a defender a reformulação do Estatuto do Índio que tinha então apenas dois anos de vigência. Provavelmente, porque a lei aprovada pelo Congresso proibia o arrendamento das terras indígenas, estabelecia prazos (não cumpridos) para a demarcação de todas as reservas e garantia a tutela, não no sentido primitivo de assistência orfanológica, mas no mais moderno, de preservação dos costumes e instituições tribais, cuidando da integração lenta e cuidadosa do índio na comunidade nacional.

Por outro lado, a FUNAI gasta, hoje, mais de dois milhões de cruzeiros por ano numa inócua representação no Rio de Janeiro; triplicou o número de seus funcionários em Brasília desde 1970; e não demarcou sequer um terço das terras dos índios, quando, de acordo com a própria lei, esta tarefa deveria estar completamente terminada ainda este ano.

Ao contrário, talvez para encobrir tamanho fracasso administrativo, a FUNAI liberou a exibição dos índios do Xingu como fósseis vivos para cinegrafistas, fotógrafos e novelistas - o que motivou a recente e traumática demissão do antropólogo Olímpio Serra da direção do Parque



Nacional do Xingu - e agora aceita, praticamente, um projeto de Decreto, elaborado exclusivamente nas entranhas do Ministério do Interior, para promover a "Emancipação" dos Índios.

Até os chefes indígenas que têm mais fácil acesso a Brasília foram à televisão para dizer ao Ministro Rangel Reis que não querem ser emancipados; que preferem a sua vida à dos muitos brancos miseráveis que conhecem, que desejam tão somente que se cumpram as promessas já feitas, que se demarquem as suas terras e que se destinem as verbas da FUNAI para benefícios mais efetivos aos dos índios, ao invés de transformá-los mais rapidamente, através de uma falsa "emancipação", em mais um subproduto miserável do nosso desenvolvimento desigual.

Já dizia o primeiro Presidente da FUNAI que a equiparação entre os indígenas e brancos no Brasil, com o abandono dos primeiros à própria sorte, seria como enfiar num mesmo saco, panelas de ferro e panelas de barro, conforme atesta o seu depoimento na Comissão Parlamentar de Inquérito instaurada nesta Casa. Eis, portanto, o resultado desta emancipação: colocar em confronto, numa economia de mercado, o indígena do Centro-Oeste e do Norte com as populações envolventes. Com isto, dentro de um decênio, os índios não terão mais terras, desaparecerão na sua maioria, sem serem integrados.

De fato, o Projeto do Ministério do Interior trata dos seus artigos 14 e 15 de garantias aparentes de que as terras dos indígenas serão preservadas. Mas a verdade é que, embora o Governo mostre pressa em aprovar um projeto de tal importância em final de mandato, nunca mostrou igual interesse em demarcar as terras indígenas conforme estipulava o Estatuto do Índio.

E mais: o texto legal ora proposto apresenta uma delicada ambiguidade, pois, sendo uma comunidade qualquer emancipada, seus membros passam a viver nas mesmas condições dos demais brasileiros, que nunca tiveram direito à posse da terra em que vive, nem oportunidades dignas de trabalho, educação e saúde.

Se o próprio brasileiro do campo é miserável, não tem se beneficiado do desenvolvimento que ajuda ano após ano a realizar, como pode o Governo garantir a sobrevivência das comunidades indígenas que mesmo não emancipadas (protegidas, portanto, pela legislação) têm já suas terras invadidas, ocupadas, seus filhos assassinados, suas culturas destruídas? Será este projeto de fim de governo que resolverá todos estes problemas? Ou estará o Governo Geisel simplesmente oferecendo instrumento jurídico para que o próximo Governo chegue ao fim deste percurso de injustiças e de devastação, promovendo o genocídio final das comunidades indígenas do Brasil?

Srs. Deputados, este é o temor dos verdadeiros indigenistas, dos verdadeiros antropólogos, dos verdadeiros missionários, bem como de organizações internacionais idôneas e dos brasileiros em geral que já lograram alcançar um nível maior de consciência e de militância em

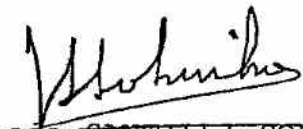


favor das comunidades indígenas nacionais.

É importante lembrar que nos Estados Unidos já houve, há mais de um século, uma experiência de emancipação deste tipo e centenas de tribos perderam não apenas o seu território originário, mas também as suas crenças e costumes mais caros, desaparecendo, a seguir, muitas delas. Criou-se então, um Departamento de Negócios Indígenas, a nível de Ministério, para salvar os remanescentes. Esta mesma solução foi indicada, em sua exposição de motivos ao Ministro Costa Cavalcanti, pelo Jurista Themístocles Cavalcanti. Mas a FUNAI permanece atrelada ao Ministério do Interior, o mesmo que trata da "ocupação do território", sempre em detrimento dos índios.

A experiência anterior e a afoiteza governamental fazem-nos acreditar que esta emancipação que se anuncia, na verdade, é um embuste, uma ponta de lança dos que pretendem apossar-se das terras dos índios. É o caminho para o genocídio final.

Era o que tínhamos a dizer, senhor Presidente.


~~Deputado SANTILLI SOBRINHO~~